



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 03/2015

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **vinte e seis** dias do mês de **fevereiro** do ano **dois mil e quinze**, pelas **catorze horas e trinta minutos** reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em **1ª Sessão Ordinária de 2014**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – Informação Escrita sobre a Atividade e Situação Financeira do Município. -----

PONTO 2 – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança -----

PONTO 3 – Aprovação das Atas da Assembleia Municipal números: 24/2014 da 20ª Sessão Extraordinária de 20 de novembro, 25/2014 da 5ª Sessão Ordinária de 27 de novembro e 26/2014 da 21ª Sessão Extraordinária de 9 de dezembro -----

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo Membro **Alcina Trindade**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **António Pedro**, pelo Membro **Cristina Azedo**;-----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal **João Curvelo**, pelo Membro **Paulo Sousa**;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Lidia Mateus**, pelo Membro **Raquel Rodrigues**.----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal **Pedro Roberto**, pelo Membro **Pedro Martins**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **36** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência de **Fernando Painho**, pela bancada da **CDU**, devidamente justificada.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores Hugo Martins, Paulo Cesar Teixeira, Fernanda Franchi, Edgar Valles, e Mónica Vilarinho, pela bancada do PS, Carlos Bodião e Sandra Pereira, ambos pela bancada do PSD e Rui Francisco pela bancada da CDU-----

Havendo quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.---

Pela bancada do **PS**, foi apresentada uma **moção "Pela reposição do horário de trabalho de 35 horas"**, (**doc. nº1**), que seguidamente se transcreve. -----

"A Lei nº 68/2013 impôs, para toda a Função Pública, o horário de trabalho das 40 horas semanais, afetando dezenas de milhares de trabalhadores, cujos direitos têm sofrido, ao longo dos últimos anos, significativa redução.-----

A esmagadora maioria das autarquias, incluindo as dirigidas por forças políticas apoiantes do governo, ----- manteve a aplicação das 35 horas semanais; -----

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas incluiu a norma das 40 horas, possibilitando, no entanto, que o horário fosse reduzido, por via de negociação coletiva, consoante recomendado pelo Tribunal Constitucional;



Assembleia Municipal de Odivelas

1. Neste contexto, a 22 de janeiro de 2014, a Câmara Municipal de Odivelas assinou "Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública" com a FESAP, o SINTAP, o STAL, o STE e o STFPSSRA, o qual aguarda homologação do Secretário de Estado da Administração Pública; -----
2. Igual procedimento tomaram todas as Juntas de Freguesia do Concelho; -----
3. Todavia, o governo não tem homologado os acordos coletivos de reposição das 35 horas, utilizando, para o efeito, obstáculos de natureza formal, procurando, desta forma, manter a imposição das 40 horas; -----
4. No atual quadro de recessão económica, o prolongamento da jornada de trabalho não traz qualquer benefício ao serviço público, traduzindo-se apenas num castigo suplementar aos trabalhadores, que têm sido flagelados por medidas draconianas, que em alguns casos, têm efeitos idênticos ao despedimento. -----
5. Tendo em atenção o exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida na sua sessão de 26 de fevereiro, delibera: -----
 - a) Repudiar as tentativas de evitar a aplicação das 35 horas de trabalho, constante dos acordos celebrados entre entidades empregadores e os sindicatos; -----
 - b) Exigir a consagração efetiva, por via legislativa, do horário de trabalho das 35 horas semanais.-----

Pela bancada do **BE**, foi apresentado um **Voto de Condenação** sobre "**Agressões policiais a jovens e ativistas da Cova da Moura têm motivações racistas**" (doc. nº 2)", que seguidamente se transcreve:-----

-Considerando: -----

-Foi com grande consternação que recebemos a notícia de que no dia 25 de fevereiro de 2015 dois agentes da Divisão Policial de Loures/Odivelas da PSP faleceram em serviço, colhidos por um comboio quando perseguiam suspeitos de furto.-----

O trágico acidente teve lugar nas proximidades da estação da Bobadela, quando os agentes entraram na linha de caminho de ferro em perseguição a dois suspeitos de furto, não se tendo apercebido da proximidade do comboio intercidades que, naquela área, pode atingir os 200km/h de velocidade; -----

Os jovens agentes Ricardo Santos e João Rainho, com 23 e 26 anos, respetivamente, trabalhavam na esquadra da PSP em S. João da Talha; -----

No momento do acidente o Subintendente António Jorge Resende, comandante da referida Divisão Policial, estava presente numa reunião da Comissão de Planeamento, ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia Municipal de Odivelas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

A PSP no território de Odivelas tem desempenhado a sua missão em condições muito difíceis, designadamente no que diz respeito a instalações e meios e apesar disso é reconhecida por todos a sua disponibilidade para dialogar e intervir, sempre que é solicitada;-----

A colaboração com os órgãos autárquicos em Odivelas, nomeadamente a Assembleia Municipal tem sido perfeita, tendo recentemente a referida Comissão reunido com todos os chefes das esquadras do concelho, a fim de se inteirar dos problemas e das condições em que trabalham.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida no dia 26 de fevereiro de 2015, lamenta profundamente o sucedido com os dois jovens agentes que estavam a cumprir o seu dever profissional e envia as suas sentidas condolências às suas famílias e a todo o corpo policial da Divisão de Loures/Odivelas.-----

Pela bancada do BE, apresentou uma **Proposta de Recomendação** sobre "**Resolução do contrato de fornecimento alimentar à Escola EB1/JI Veiga Ferreira**" (doc. nº 3)", que seguidamente se transcreve:-----

Considerando que:-----

- 1. As refeições escolares são uma parte relevante da oferta do sistema público de educação. Essa oferta assume ainda maior importância no atual contexto de grave carência social económica que o país está a atravessar, graças às políticas da troika e dos seus governos;*-----
- 2. A Câmara Municipal de Odivelas (CMO) na sua retórica política enfatiza a importância da área da educação e, em particular, das refeições escolares;*-----
- 3. Em visita à Escola EB1/JI Veiga Ferreira, em Famões, a Comissão de Educação, Cultura, Juventude e Desporto desta assembleia foi confrontada com a existência de problemas graves com o serviço de refeições escolares dessa escola;*-----
- 4. Tanto a diretora da escola como a diretora do agrupamento assumiram a existência desses problemas, mencionando falta de qualidade dos produtos fornecidos e dizendo ter fotografias que atestam essas falhas;*-----
- 5. Eram perceptíveis falhas importantes no domínio da higiene e conservação dos alimentos, assim como na falta de diversidade dos alimentos armazenados;*-----
- 6. Encarregados de educação, alunos e professores deram conta do facto das quantidades das refeições ser abaixo do desejável e não estarem a ser cumpridos, pela empresa responsável, os compromissos assumidos acerca da variedade de sobremesas/frutas e legumes/saladas;*-----
- 7. Estes problemas já foram comunicados à empresa responsável, à direção do agrupamento de Escolas do Sudoeste de Odivelas e ao executivo municipal;*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

8. Foi por iniciativa da CMO que, no início deste ano letivo, foi atribuída à empresa Uniself a gestão das refeições escolares em todo o concelho. Fazendo terminar, no caso da EB1/JI Veiga Ferreira, com um serviço prestado pela associação de pais, que garantia satisfação de toda a comunidade escolar.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida no dia 26 de fevereiro de 2015, recomenda ao executivo municipal que: -----

1. Proceda à resolução imediata do contrato de fornecimento de refeições escolares com a empresa Uniself, respeitante à Escola EB1/JI Veiga Ferreira; -----
2. Em conjunto com a direção do agrupamento, da escola e da associação de pais e encarregados de educação diligencie no sentido de repor um serviço de refeições escolares com a qualidade exigível;

Enviar este documento à direção do Agrupamento de Escolas do Sudoeste de Odivelas, à diretora da Escola EB1/JI Veiga Ferreira, à Associação de pais e Encarregados de Educação da mesma escola e à comunicação social. -----

Pela bancada do PS, foi apresentada uma **moção** sobre "**Processo de Privatização da Empresa Geral de Fomento**" (doc. nº 4) que seguidamente se transcreve: -----

Considerando -----

1. O processo que conduziu à privatização da EGF (sub-holding da Águas de Portugal para tratamento de resíduos sólidos urbanos) e correspondente venda à SUMA, empresa do grupo Mota-Engil, mereceu forte contestação por parte dos municípios; -----
2. A SUMA é já uma empresa atuante no mercado da gestão dos resíduos sólidos urbanos, passando a deter, com a aquisição da EGF, uma posição de concentração excessiva num dos serviços básicos a prestar à população; -----
3. A EGF é também participada por 11(onze) sistemas multimunicipais de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, entre os quais se integra a Valorsul, da qual faz parte na sua estrutura acionista a Câmara Municipal de Odivelas. -----
4. A aquisição de 400.000€ de ações da Valorsul por parte do município de Odivelas foi aprovada em sede de Assembleia Municipal de Odivelas, numa perspetiva e convicção de participação numa estrutura, que demonstrou ser comprovada mais valia na gestão dos resíduos sólidos urbanos e, por conseguinte, ambiental e económica para os seus acionistas; -----
5. Notícias recentes veiculadas na comunicação social sinalizam que a Autoridade da Concorrência (AdC) está com "sérias dúvidas" relativamente a este processo de aquisição (em matéria



Assembleia Municipal de Odivelas

concorrencial) e que por esse motivo passará a uma "investigação profunda", segundo indica a notificação desta entidade aos municípios; -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em Sessão Ordinária no dia 26 de fevereiro de 2015, delibera:

1. Apelar ao Governo e à Assembleia da República, que promovam uma efetiva participação de todos os interessados no processo de privatização da EGF, auscultando os municípios que já manifestaram e apresentaram alternativas a uma solução que é, nos moldes atuais e no que concerne ao processo de privatização, uma decisão unilateral do Governo; -----
2. Manifestar forte preocupação para uma posição monopolista que, a ser autorizada a concretização da alienação do capital estatal da EGF, virá a representar no sector de atividade da gestão de resíduos sólidos urbanos; -----
3. Justificar, pelos princípios basilares do Poder Local, no que concerne à sua autonomia, subsidiariedade e proximidade às populações, a ponderação de soluções alternativas que incluam os municípios. -----

Pela bancada da CDU, foi apresentado um voto de protesto sobre **"Transportes Públicos no Concelho de Odivelas"**(doc. nº 5) que seguidamente se transcreve. -----

"Desde há cerca de uma semana que a Rodoviária de Lisboa está a divulgar ajustamentos de horários nalgumas carreiras, alterações de percurso noutras e também a integração de serviços. Além destas alterações têm anunciado mais transportes para o hospital Beatriz Ângelo e a entrada da carreira 225 no hospital. -----

As alterações que estão anunciadas e que iniciar-se-ão no próximo dia 2 de Março representam mais um verdadeiro retrocesso. Trata-se de uma efetiva redução dos direitos das populações, no que à mobilidade de circulação diz respeito. -----

Não é através da redução da oferta de transportes públicos que se fomenta a utilização dos mesmos. -----

A Rodoviária de Lisboa é uma empresa privada, mas que presta um serviço público e como tal tem o dever de prestar um bom serviço público. -----

Considerando que: -----

a) Os ajustamentos de horários implicam a redução do número de viagens nas carreiras 201, 202, 210, 211 e 934 num total de menos 18 viagens diárias ao serviço dos utentes; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

b) As alterações de percurso implicam a redução do percurso das carreiras 214 e 226, que deixam de ir ao Campo Grande, ficando somente no Sr. Roubado e que, no caso da carreira 226 implica também a redução de 5 viagens em cada um dos sentidos; -----

c) A integração de serviços implica que aos sábados e domingos as carreiras 901 e 231 fundem-se numa nova carreira – 931 – o que representa uma redução de 26 viagens ao sábado e de 12 viagens ao domingo. -----

Considerando ainda que: -----

d) No passado dia 18 de fevereiro esta assembleia aprovou um voto de congratulação pela notícia de que a partir do próximo dia 2 de Março a carreira 225 / 925, através de “minibus” passaria a entrar no HBA; -----

e) E que ontem, em plena reunião de câmara se recebeu a notícia, através da própria RL, de que tal benefício não poderá ser concretizado, porque após reunião entre as Sociedades Gestoras da infraestrutura e do HBA e os operadores rodoviários, foi estabelecida a necessidade de verificar a sustentabilidade da proposta “Beatriz Ângelo Mais Perto e Si”, que visava o reforço das circulações da Rodoviária de Lisboa no interior do Hospital Beatriz Ângelo. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunião em 1ª sessão ordinária em 26 de Fevereiro de 2015, delibera apresentar veemente protesto e exige à RL que: -----

1 – A carreira 225/925 comece, conforme acordado e anunciado, a circular dentro do HBA; -----

2- As carreiras 214 e 226 continuem a circular até ao Campo Grande; -----

3 – Não haja a integração das carreiras 901 e 231; -----

A Assembleia Municipal de Odivelas Propõe ainda que: -----

4 – As sociedades Gestoras da Infraestrutura do HBA construam, dentro do Hospital arruamentos compatíveis com a tonelagem dos transportes públicos. -----

5 – A Autoridade Metropolitana dos Transportes exerça uma efetiva fiscalização e regulação nos transportes de formas a melhor servir as populações e não numa lógica cada vez mais economicista. -----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção sobre o estacionamento nos Paços do Concelho.-----

Maria João Loya, pela bancada da **CDU**,-----

Susana Santos, pela bancada do **PS**, pediu esclarecimentos à Câmara Municipal sobre as queixas relativas às refeições nas escolas EB1, e questionou sobre as medidas que a CMO equaciona aplicar. -----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**, questionou o executivo sobre a situação do fornecimento das refeições escolares -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Alcina Trindade, pela bancada do **PS**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:

"83.488 é um número a fixar porque dele nos orgulhamos. Trata-se do número de atendimento que foram realizados na loja do cidadão. -----

Recorde-se que existem três espaços de atendimento da CMO, na loja do Cidadão, a saber Balcão da Câmara Municipal de Odivelas, espaço do imigrante, onde se inclui o CLAI, e o espaço do Cidadão (o antigo Balcão multisserviços que em Dezembro mudou de nome que em Dezembro mudou de nome). É nestes três espaços que os funcionários municipais, com brio profissional e sempre atencioso, disponibilizam atendimentos multifuncionais e generalistas, possibilitando a realização de serviços numa interação única e rápida. -----

Tão rápida que o tempo médio de espera, no caso do Balcão da Câmara Municipal, foi inferior a dois minutos e o tempo médio de atendimento foi de doze minutos. Já no espaço imigrante, CLAI o tempo médio de espera foi de vinte minutos e o tempo médio de atendimento oito minutos. Finalmente, no Espaço do Cidadão o tempo médio de espera foi inferior a cinco minutos, o tempo médio de atendimento não foi ainda apurado, dado que é um espaço muito recente como já referimos. -----

É importante ainda realçar que, em média, foram realizadas duzentos e sessenta e oito atendimentos/dia. ---
Sublinhe-se ainda que a eficiência destes balcões não tem passado despercebida, pelo menos para aqueles que foram deixando louvores ao desempenho destes serviços: 16 louvores num ano! -----

Estamos assim em condições de saudar o Executivo Municipal por ter apostado nesta forma empreendedora de prestar serviços aos seus munícipes e de saudar a Presidente Susana Amador por ter sempre acreditado na modernidade e, sobretudo por ter acreditado que os funcionários da CMO são capazes de demonstrar que existe excelência na Função Pública. 83488 atendimentos num só ano, 2014! -----

A Assembleia Municipal de Odivelas não pode deixar de assinalar e de se congratular com o êxito da loja do cidadão! -----

Joaquim Campos, pela bancada **CDU**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:

"Conquistas do Portugal de Abril, o Lar e o Centro Infantil de Odivelas são os únicos equipamentos públicos existentes no concelho de Odivelas, que foram criados em 1975 e 1980, respetivamente. -----

Em janeiro de 2011, através do decreto lei nº 16/2011 de 25 de janeiro, o governo PS transferiu para a Santa casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), em regime de cedência temporária todos os equipamentos da segurança social situados na área geográfica de intervenção do Centro Distrital de Lisboa, onde se incluem o centro infantil de Odivelas e o Lar de Odivelas a estratégia era acabar com os equipamentos públicos. -----

Mais tarde, em setembro de 2013, já na vigência do governo PSD/CDS, através de um memorando de entendimento e colaboração entre o Instituto da Segurança Social e a SCML é feita a cedência definitiva "...a



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

partir de 1 de janeiro de 2014 com a transmissão do património a título gratuito para a SCML”, da maior parte daqueles equipamentos. Para os restantes, onde estão incluídos o Centro Infantil e o Lar de Odivelas este memorando estabelece que a solução será a transferência da gestão para outra entidade da rede solidária o que acontecerá até 30 setembro de 2015. Até à conclusão desse processo, a gestão continuar a ser da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. -----

Por mais que uma vez os eleitos da CDU questionaram a Câmara quais as medidas quer estavam, a ser tomadas para salvaguardar que estes equipamentos se mantenham num modelo de gestão que responda às necessidades das famílias. As respostas obtidas foram sempre evasivas, que estavam pedidas reuniões com a Segurança Social mas concretamente nunca foi dada uma informação verdadeiramente esclarecedora. ----- Há duas semanas a Sr^a. Presidente da Câmara informou a Câmara (mais propriamente no passado dia 11), após reunião entre a segurança social a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a CMO, que a SCCMML estava a procurar na rede solidária local, uma instituição que pudesse assegurar a gestão destes dois equipamentos. -----

Agora faltam sete meses para a conclusão deste processo. Nestes sete meses, tudo pode acontecer. Pode encontrar-se um parceiro que assegure a gestão, mas que não garanta a igualdade das condições de acesso e frequência dadas até aqui aos utentes. Pode encontrar-se um parceiro que até queira manter as condições mas que financeiramente não consiga. Pode alterar-se a forma de gestão. ----- Pode inclusivamente fechar-se estes dois equipamentos, deixando para atrás cerca de setecentos utentes e mais de uma centena de trabalhadores. -----

E aquele que foi o fim anunciado destes dois equipamentos, iniciado pelo PS lava agora a “Machadada final” pela mão do PSD/CDS. -----

A CDU considera que estes equipamentos não podem ser vistos como descartáveis, nem os seus utentes e trabalhadores podem estar em permanente sobressalto quanto ao seu futuro. Todo este processo revela uma total falta de respeito pelos direitos das crianças e dos idosos que os frequentam e pelos seus trabalhadores. Estes equipamentos têm que voltar à gestão da Segurança Social. Só assim se garante a estabilidade necessária e a manutenção de uma resposta pública tão importante para a população. ----- A CDU tudo fará, nos órgãos autárquicos, junto das famílias utentes e população em geral para que se mobilize na sua defesa.” -----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, Denunciou as condições da cozinha na escola visitada pela comissão de educação. Solicitou o relatório do Instituto Ricardo Jorge.-----

António Monteiro, pela bancada da **CDU**, falou sobre o amianto nas escolas.-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, apresentou um requerimento sobre a qualidade do ar em edifícios municipais, que seguidamente se transcreve: -----

Considerando que: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

1. A qualidade do ar dos edifícios públicos é uma questão de saúde pública essencial; -----
2. A Câmara Municipal de Odivelas (CMO) tem debaixo da sua responsabilidade dezenas de instalações, quer sejam edifícios próprios, instalações onde funcionam serviços municipais e escolas, por exemplo; -----
3. Muitas dessas infraestruturas foram construídas através do recurso a materiais que, hoje em dia, tem vindo a revelar-se altamente perigosos para a saúde, quando em mau estado de conservação; ----
4. Apesar das informações prestadas a esta assembleia pelo executivo municipal, ainda esta semana (24/2/2015), a Comissão de Educação, Cultura, Juventude e Desporto da AMO testemunhou, em visita às escolas EB1 da Quinta das Dális e EB1/JI Veiga Ferreira, ambas em Famões, a existência de placas de fibrocimento deterioradas, correndo o risco de contaminação com partículas de amianto;
5. Foi solicitado ao Instituto Ricardo Jorge a realização de uma avaliação da qualidade do ar nos edifícios municipais e sobre a responsabilidade da CMO. -----

Assim, ao abrigo da alínea s) do Artigo 35º da Lei 75/2013, retificada pela Lei nº 50-A/2013, de 11 de Novembro, assim como da alínea r) do Artigo 26º do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas, a bancada do Bloco de Esquerda vem, por este meio, requerer ao executivo municipal: -----

1. A divulgação à AMO do referido estudo do Instituto Ricardo Jorge, bem como o seu envio a todas as entidades que trabalham nas instalações avaliadas; -----
A divulgação de informação adicional existente acerca da problemática da qualidade do ar em espaços públicos da responsabilidade da CMO. Odivelas, 8 de janeiro de 2015. -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** questionou o executivo sobre a municipalização da educação. -----

Fez ainda referência ao estacionamento nos Paços do Concelho, bem como teceu considerações sobre o Projeto Urbanístico do Barruncho. -----

A Sra. Presidente da Câmara pediu o uso da palavra ao Sr. **Presidente da Assembleia** para defesa da honra. -----

"Sobre as questões da segurança social, a Sra. Presidente informou que acompanha com apreensão essas situações, acrescentando que "nós gostávamos de ter cá a segurança social a gerir os equipamentos, acho que gerem muito bem e com boas práticas" e que, por isso, "temos sempre pena quando há retrocessos e conjunturas que justificam essas saídas, mas estou certa que no âmbito da rede social se encontrará uma solução que garanta a gestão pública destes equipamentos e a sua melhoria em termos, até de instalações e condições físicas". A Sra. Presidente informou também que está a aguardar uma reunião com o Sr. Ministro Mota Soares para resolver "esta situação, clarificarmos a mesma com total transparência e frontalidade, olhos nos olhos, em relação a estes assuntos e as estas questões". -----



Assembleia Municipal de Odivelas

No que diz respeito à Escola Veiga Ferreira, a Sra. Presidente esclareceu que a informação que dispõe é a de que a equipa do município é composta por 3 pessoas que se dedicam, acompanhados da nutricionista, a estes espaços escolares e aos 35 refeitórios", e que, à escola Veiga Ferreira, "esta equipa já foi quatro vezes desde o início do ano letivo fazer este tipo de monitorização e está atenta a esta limpeza". Disse ainda esperar que "no novo concurso consigamos encontrar uma solução que vá ao encontro das nossas melhores expectativas", bem como as dos pais e dos alunos, para que tenham uma alimentação de qualidade, "que infelizmente muitos deles não a têm em casa". -----

Relativamente aos relatórios, que são públicos, no que diz respeito à qualidade alimentar, da parte do Instituto Ricardo Jorge, a Sra. Presidente referiu que "até ao momento houve sempre 0% de agentes patológicos na comida", ou seja, nunca houve nenhum tipo de problema. -----

Em relação ao estacionamento, nos Paços do Concelho, a Sra. Presidente disse ser melhor responder por escrito, dando, no entanto, um breve esclarecimento sobre o mesmo, dizendo que começou por ser só de natureza municipal e que depois se foi alargando, havendo a necessidade de colocação de sinalética. -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, afirmou que as críticas que fez se dirigiram a funções e opções, e não a pessoas em particular." -----

Presidente da União de Freguesias da Póvoa de Stº Adrião e Olival Basto, **Rogério Breia**, pela bancada do PS, esclareceu sobre a sua presença num programa televisivo sobre o Barruncho. -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, esclareceu a intervenção que fez sobre o Barruncho. -----

António Monteiro, pela bancada da **CDU**, fez referências às intervenções da Sr.ª Vereadora Sandra Pereira. **Miguel Galante**, pela bancada do **PS**, fez uma intervenção sobre a escola e o funcionamento do refeitório aquando das visitas feitas pela Comissão de Educação. -----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**, fez um pedido de esclarecimento sobre as afirmações do deputado Miguel Galante já que considera que as mesmas não traduzem aquilo que viram na escola. -----

Susana Santos, pela bancada do **PS**, fez alguns esclarecimentos sobre a visita à Escola Veiga Ferreira. -----
Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, fez um pedido de esclarecimento relativamente às refeições escolares. -----

Susana Santos, pela bancada do **PS**, solicitou à Sr.ª Presidente da CMO resposta a um requerimento feito anteriormente. -----

Luis salmonete, pela bancada do **PSD**, fez uma intervenção sobre as afirmações do Deputado Miguel Galante -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, fez uma declaração política que seguidamente se transcreve: -----

É do conhecimento de todos os Eleitos e creio de que todos os cidadãos em geral, que não são delegadas competências às Câmaras Municipais competências no âmbito da saúde. Às autarquias é pedido cedências de terrenos para a construção de equipamentos e, muitas vezes, colaboração na realização das obras das acessibilidades e arranjos exteriores que, na maioria das vezes - não se consegue perceber por que razão -, os empreiteiros ao serviço da administração central não as concluem ou, simplesmente, não as executam. Os municípios também respondem com a oferta de projetos, campanhas de sensibilização para a promoção de uma melhor saúde pública em diversas especialidades da medicina, mesmo com a realização de eventos ou rastreios e outros. São ainda obrigados a exercer uma diplomacia capaz de influenciar decisões no sentido de conseguirem ver concretizadas as suas ambições, naturalmente as mesmas das populações. -----

Portanto, qualquer que seja o Executivo camarário, a atuação da autarquia em matéria de saúde pública é condicionada pelas decisões da Administração Central. E não valerá a pena publicitar futuras obras, mostrar projetos e alimentar esperanças. Deverá evitar-se prometer o que não se pode fazer. -----

E vejamos as considerações do senhor Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e vale do Tejo (ARSLVT) feitas na passada terça-feira, anteontem, perante alguns dos deputados desta Assembleia Municipal: -----

- *nomeadamente da política de comparticipação ao consumo de medicamentos, promovendo a maior prescrição de genéricos. E os investimentos que se puderem fazer obedecem a critérios rigorosos ou seja obra para quem mais precisa; -----*
- *O concelho de Odivelas foi dos mais beneficiados da área metropolitana, onde foram investidos nos últimos anos cinco milhões de euros; -----*
- *As unidades de saúde de proximidade, no caso Unidades de Saúde Familiar, construídas em Moscavide e Oeiras aconteceram porque foram oferecidas; -----*
- *Existem outros concelhos em piores circunstâncias que Odivelas, nomeadamente Sintra que tem 360.000 habitantes de 37 nacionalidades diferentes; -----*
- *A futura Unidade de Saúde Familiar da cidade de Odivelas passa, em primeiro lugar, pelo resultado do diálogo com a Câmara Municipal de Odivelas e só depois haverá condições para a ARSLVT anunciar um calendário para a construção do equipamento aos demais autarcas eleitos; -----*
- *Contudo, o equipamento deverá ter características modulares para que se possa encarar a construção por fases. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Ora perante estes circunstancialismos fico na expectativa sobre como será pensada a saúde dos munícipes da cidade de Odivelas no futuro próximo, bem como dos utentes da extensão da USF da Pontinha, instalada em Famões cujas condições gerais e de acessibilidade, em particular, são inaceitáveis. -----

Não valerá a pena insistir em apresentar protocolos de entendimento entre o Município e aquela administração Regional de Saúde que não sejam fundamentados e sobre projetos realmente exequíveis. Isto já sucedeu por três vezes e nada se concretizou, antes acelerou-se a degradação do atendimento público aos utentes da cidade de Odivelas. -----

Não posso terminar esta intervenção sem sugerir um conselho à Senhora Presidente da Câmara, isto porque a reunião com o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo deixou-me as convicções: -----

O organismo que dirige não tem dinheiro e os investimentos terão de ser realizados com as receitas conseguidas por via da redução da despesa, -----

- *Que a meritocracia não é um predicado entre muitos dos dirigentes da Administração Pública; -----*
- *Que a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas terá de fazer uma magistratura de influência, intensa e qualificada, pois encontrará um interlocutor doutorado em retórica, seguramente num dos melhores colégios especializados em ciência política; -----*
- *Que não há articulação entre aquela administração regional e o Instituto da Segurança Social porquanto não se revelou maior preocupação em conhecer as condições em que chegam dezenas de idosos ao serviço de urgência do Hospital Beatriz Ângelo, vítimas de falta de tratamento adequado às suas condições, da responsabilidades dos lares ou dos familiares que tem a sua proteção a cargo; -----*
- *Que se acredita ingenuamente ou irrefletidamente nas auditorias externas feitas às parcerias entre instituições públicas e privadas, dispensando outras avaliações realizados com efeito surpresa. Por exemplo, deste modelo preconizado, resulta o desconhecimento do tempo de espera por uma consulta de oftalmologia, entre outros detalhes particularizados com as altas precoces e cirurgias incluídas no regime ambulatorio, aliás casos relatados há poucos dias pela diretora do ACES de Loures e Odivelas. -----*

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, defesa da honra-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à **Sra. Presidente da Câmara**, para prestar os respetivos esclarecimentos que seguidamente se transcrevem-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Sobre as questões colocadas a nível dos transportes a Sra. Presidente esclareceu que “fomos surpreendidos ontem por essa decisão e nessa sequência temos já reunião marcada com o presidente da Rodoviária para dia 4 de março com dois administradores”, considerando ainda que aquela decisão representa um “volte-face inexplicável e incompreensível, em relação à entrada dentro do hospital Beatriz Ângelo, que há um mês atrás a administração nos tinha dito como algo garantido, quer a nós quer à comissão de utentes de transportes”, como exequível. A Sra. Presidente acrescentou que esta situação de reduções e ajustamentos atingiu vários municípios e que os mesmos, cerca de dezoito reduções e ajustamentos atingem Odivelas, Loures e Alverca, entre outros. A Sra. Presidente concluiu dizendo que esta situação atingiu a todos, mas na qual não se revê, considerando que as “lógicas comerciais e as lógicas de sustentabilidade são da empresa, não são as nossas, as nossas lógicas são lógicas de serviço público. E portanto é aí que continuaremos a ter o nosso registo.” -----

Relativamente às questões colocadas sobre as escolas a Sra. Presidente informou que foi feita a remoção de quatro palmeiras na Escola Secundária da Ramada, assim como “no Centro de Saúde e também da Sagrada Família onde foi necessário fazer remoções de palmeiras”, procedimento que também terá que ser aplicado na Quinta das Dálias. Referiu ainda “que estamos atentos a estas remoções, à perigosidade do escaravelho da palmeira” e que os serviços da área do Ambiente estão a acompanhar, mesmo com as juntas de freguesia, estas situações, tendo em conta o que é necessário fazer para a defesa da própria segurança pública. -----

Quanto à Escola da Quinta de São José e os problemas de comunicação, a Sra. Presidente informou que hoje, e nos próximos dias, “estão a ser colocados cabos para que toda a escola possa ter internet e outro tipo de comunicações online”, e que a questão tem que ver “com a mudança da própria biblioteca e da zona da Informática”. Acrescentou ainda que esta é uma escola que foi objeto de uma volumosa intervenção no início do período letivo em 2014. -----

Ainda sobre as escolas e concretamente sobre as questões do fibrocimento, a Sra. Presidente informou que “no que diz respeito à referência que fizeram a 20 escolas com fibrocimento, sobe a égide da câmara Municipal e sobre a nossa responsabilidade, apenas temos 5 escolas, sendo que a Villaret vai ser objeto de intervenções em breve”, referindo, também, “que sempre que fazemos intervenções no 1º Ciclo e nos JI, essas intervenções passam pela cobertura” sendo removida a placa de fibrocimento. A Sra. Presidente acrescentou ainda que sob a égide do Município de Odivelas, “cada vez são mais residuais as situações” de escolas com placas de fibrocimento, e que as demais questões têm que ver com escolas que estão sob a égide do Ministério de Educação e Ciência que, “ficou de apresentar, aliás, aos municípios um plano municipal de remoção e que tarda em ser operacionalizado”. -----

Sobre o relatório do Instituto Ricardo Jorge, relacionado com as questões do fibrocimento, a Sra. Presidente deu também nota de que tinha feito chegar o relatório à Assembleia, “no decurso da própria reunião”, relatório



Assembleia Municipal de Odivelas

que “nos tranquiliza em relação aquilo que é a qualidade do ar nas nossas escolas e a análise que foi feita, estando também, obviamente, sempre atentos quando há uma quebra ou uma falha na placa de fibrocimento e das cápsulas que se podem romper”. -----

Ainda no que diz respeito à educação e a questão colocada que se relaciona com o Dec. Lei 30/2015, a Sra. Presidente esclareceu que teve muito recentemente a oportunidade de ter uma posição pública sobre o assunto apresentado, no próprio parlamento, em que repudia “o que está em cima da mesa, o Dec. Lei 30/2015, por entender que não é descentralização é uma mera contratualização, não é uma transferência universal e portanto é um processo ele todo opaco e que tem um elevado défice de participação e que surge num ambiente legal” de limitação da autonomia, e que é muito complicado receber mais competências e mais responsabilidades, com a lei das finanças locais e a lei de compromissos que temos e ainda para dificultar mais com “menos dirigentes, tendo em conta que fomos obrigados a reduzir a estrutura dirigente”, acrescentando, “como é que podemos receber mais escolas ou mais equipamentos de saúde ou da área da segurança social, entre outros, se não temos depois uma escala intermédia que nos proteja a todos em relação à própria decisão”. Informou ainda que “o PS entende também que este não é o modelo correto, que temos que caminhar para uma efetiva descentralização, coloca até já a questão da própria regionalização como grande reforma do estado e coloca outro tipo de áreas que eu até acho que são áreas mais da nossa vocação, ambiente, ordenamento do território, emprego, competências que também fomos perdendo, aliás, nem se percebe, porque que temos vindo a perder competências em áreas que passaram para a ASAE e para outras entidades e que nos deixam aqui muito manietados”. Sobre a forma como foi dada a informação no conselho municipal de educação, a Sra. Presidente esclareceu que não falou sobre aquele assunto e que a Sra. V. Fernanda Franchi apenas informou “que a Câmara de Odivelas não iria assinar nenhum contrato nem ia aderir, se a expressão foi que a Câmara não ia ter posição, parece que foi alguém que terá descodificado mal a informação nesse sentido” e que, aliás, já foi apresentada uma Declaração Política, lida em nome do PS, “no sentido de não concordarmos com o processo, com o modelo que está em cima da mesa, reconhecendo eu, como também já reconheci publicamente que o modelo também vindo de um governo do PS de contratualização de segundo e terceiro ciclo, provou que tinha ineficiências e nós fomos um dos oitenta e oito municípios, que aderiu e somos os primeiros a dizer que esse modelo tinha que ser monitorizado e não foi, tinha que ser atualizado, no caso dos 20.000€, por ano, e também não foi, tinha que ser revisto o pessoal não docente, e também não foi”. Acrescentou ainda que “sem se fazer o debate do segundo e terceiro ciclo, parece-me prematuro passarmos já para o ensino secundário”. -----

Sobre as questões da saúde a Sra. Presidente respondeu ao deputado municipal “que contará sempre com a Câmara Municipal de Odivelas para reivindicar e para pressionar a melhoria dos Centros de Saúde, neste caso a necessidade urgente do de Odivelas e a questão dos recursos humanos que estão em falta, das listas de espera e de um conjunto de situações que nos preocupam” e que junto das entidades competentes, do Sr. Ministro, do Sr. Secretário de Estado e do Sr. Presidente da ARS, têm vindo a ser colocadas no sentido



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

também de pressionar estas entidades. A Sra. Presidente informou ainda que a Sra. Diretora de agrupamento, do ACES Odivelas/Loures “mantém-nos também informados de que esta USF terá mesmo que arrancar e vai arrancar”, mas que agora é necessária essa confirmação e “sobretudo do envio do Contrato-Programa”, que se aguarda desde a reunião de maio de 2014, e que se está a insistir semanalmente, do Sr. Ministro, do Sr. Secretário de Estado e do Sr. Presidente da ARS “para se cumprir aquilo que se prometeu aqui numa reunião, no terreno, no local, com o Presidente da Junta de Odivelas e com o Vereador da Saúde que podem testemunhar aquilo que foi a urgência em se fazer rapidamente o Contrato-Programa e que depois não teve desfecho”. Sobre os requerimentos que estão por responder, a Sra. Presidente informou também “que iremos durante o decurso desta semana, colocar também já essas respostas em carteira, que estão pendentes, alguns deles, mas que tem sido complicado gerir todos estes pedidos que têm vindo a acontecer”. -----

Presidente da União de Freguesias da Pontinha e Famões, **Corália Rodrigues**, pela bancada do **PS**, fez uma intervenção sobre a situação das condições do refeitório da escola da Veiga Ferreira -----

Pelas 16h40m foram suspensos os trabalhos -----

Pelas 17h05, foram retomados os trabalhos -----

Retomados os trabalhos usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal -----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, propôs uma alteração à proposta apresentada pelo CDS/PP no sentido de se mudar o título do documento.-----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, propôs alterações ao documento número cinco-----

Pela Assembleia Municipal de Odivelas, foi apresentado um **Voto de Pesar “Pelo falecimento de dois agentes da Polícia de Segurança Pública”**, (doc. nº 6) que seguidamente se transcreve. -----

“Foi com grande consternação que recebemos a notícia de que no dia 25 de fevereiro de 2015 dois agentes da Divisão Policial de Loures/Odivelas da PSP faleceram em serviço, colhidos por um comboio quando perseguiam suspeitos de furto. -----

O trágico acidente teve lugar nas proximidades da estação da Bobadela, quando os agentes entraram na linha de caminho de ferro em perseguição a dois suspeitos de furto, não se tendo apercebido da proximidade do comboio intercidades que, naquela área, pode atingir os 200km/h de velocidade; -----

Os jovens agentes Ricardo Santos e João Rainho, com 23 e 26 anos, respetivamente, trabalhavam na esquadra da PSP em S. João da Talha; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

No momento do acidente o Subintendente António Jorge Resende, comandante da referida Divisão Policial, estava presente numa reunião da Comissão de Planeamento, ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia Municipal de Odivelas. -----

A PSP no território de Odivelas tem desempenhado a sua missão em condições muito difíceis, designadamente no que diz respeito a instalações e meios e apesar disso é reconhecida por todos a sua disponibilidade para dialogar e intervir, sempre que é solicitada; -----

A colaboração com os órgãos autárquicos em Odivelas, nomeadamente a Assembleia Municipal tem sido perfeita, tendo recentemente a referida Comissão reunido com todos os chefes das esquadras do concelho, a fim de se inteirar dos problemas e das condições em que trabalham. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida no dia 26 de fevereiro de 2015, lamenta profundamente o sucedido com os dois jovens agentes que estavam a cumprir o seu dever profissional e envia as suas sentidas condolências às suas famílias e a todo o corpo policial da Divisão de Loures/Odivelas" -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a admissão à discussão do **doc. 6** acima referenciado tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Não se tendo registado mais intervenções foram colocados à votação pelo **Sr. Presidente da Assembleia** os documentos supra mencionados: -----

O documento nº 1, **moção "Pela reposição do horário de trabalho de 35 horas"**, foi colocado à votação tendo sido **aprovado por unanimidade** -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Cristina Azedo** e **Carlos Roda**, das bancadas da **CDU** e **PSD** respetivamente, foram apresentadas declarações de voto. -----

Cristina Azedo - A CDU votou favoravelmente a presente moção, nenhuma novidade. -----

"A CDU sempre esteve, está e estará com os trabalhadores, no caso, na luta pela retoma da duração normal de trabalho semanal máxima de trinta e cinco horas. -----

A CDU regozija-se com a presente iniciativa do Partido Socialista, mas alerta que a defesa do conteúdo desta moção está muito para além da sua apresentação e votação, exige compromisso e efetiva ação. -----

O atual Governo, a maioria PSD – CDS, vieram, pela via legislativa, impor as 40 horas como período normal de trabalho semanal dos trabalhadores da Administração Pública. Período que pode ser reduzido por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho. -----

Mas sendo o que a Lei diz, não é o que o Governo faz, antes pelo contrário! -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

O Governo, que não é empregador público na Administração Local, teima em agir como se o fosse, impondo-se à vontade do legítimo empregador público e dos legítimos representantes dos trabalhadores da administração autárquica. -----

Tal qual pai tirano, comanda: coloca o banco de horas, a adaptabilidade, mais isto, mais aquilo, prova isto, mais aquilo... Desrespeitando a Lei, a Administração Local e os seus trabalhadores. -----

A CDU prossegue a luta com os trabalhadores da Administração Pública."-----

A CDU espera que o Partido Socialista não se esqueça da moção que, aqui, hoje apresentou."-----

Carlos Roda - O PSD vota favoravelmente esta moção, concorda com ela. Queremos dizer que esta situação abre uma diferenciação nos horários da administração pública que não é compaginável com os princípios de igualdade que estão subjacentes à Administração Pública. -----

O documento nº 2, Voto de Condenação sobre "Agressões policiais a jovens e ativistas da Cova da Moura têm motivações racistas" (doc. nº 2)", foi colocado à votação tendo sido rejeitada por Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE contra PS, PSD e abstenção das bancadas da CDU e CDS/PP -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Ilídio Ferreira, Edgar Valles, José Pignatelli**, das bancadas da **CDU, PS do CDS/PP** respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

Ilídio Ferreira – A bancada da CDU absteve-se porque este voto de condenação fez uma generalização e utilização de expressões nas quais não nos revemos. -----

A CDU condena todas as formas de discriminação, também o racismo. -----

A CDU condena todas as formas de violência, também a violência policial, o abuso de poder e o abuso da força. -----

No entanto, consideramos que antes de mais devemos condenar as opções políticas de segregação territorial que criaram os bairros à volta de Lisboa que são hoje verdadeiros "barris de pólvora". -----

Edgar Valles – A bancada do PS votou contra o Voto de Condenação apresentado pelo BE, relativamente às agressões policiais a jovens ativistas da Cova da Moura, pelas seguintes razões: -----

- Contrariamente ao alegado no documento não existe em Portugal qualquer "violência racista do Estado", sendo o nosso País um estado de Direito, onde são respeitadas as diversas etnias, incluindo as comunidades negras. -----

- Eventuais violações de direitos humanos que tenham ocorrido na Cova da Moura carecem de averiguação e, apenas depois do apuramento dos factos, por entidade judicial e não parlamentar, poderão ser qualificadas



Assembleia Municipal de Odivelas

como "violência gratuita policial", sendo certo, que, com muita frequência, as forças de segurança exercem a sua ação em ambiente de provocação sistemática designadamente nos bairros problemáticos da periferia, onde abundam cidadãos desinseridos socialmente que enveredaram pela criminalidade organizada.. -----

José Pignatelli - Em bom rigor desconheço as motivações das eventuais agressões a moradores da Cova da Moura, supostamente perpetradas por agentes da Polícia de Segurança Pública. As notícias não são explícitas a este respeito. -----

As contradições são diversas e a eventual prática de abusos de autoridade só podem ser testemunhadas por quem esteve no local e acompanhou as ocorrências. E todos sabemos que este tema é reincidente naquele bairro e são conhecidas as relações conturbadas entre supostos habitantes do bairro e agentes da PSP. ----

Agora, não posso aceitar que se confunda este novo 'caso' na Cova da Moura com o que sucedeu, há cerca de 3 anos, na esquadra de Odivelas tão-só por se ter tratado de um clarividente abuso de cidadãos de origem africana, entre eles elementos que exercem a sua atividade profissional junto de pelo menos uma representação diplomática de um país de língua oficial portuguesa. -----

Mais de dezena e meia de cidadãos, alguns munidos de armas de calibre proibido, tentaram invadir a esquadra de Odivelas a pretexto de conseguirem a libertação de familiares que se encontravam detidos por furto e numa altura em que se sabia do pequeno número de efetivos que se encontrava ao serviço naquela esquadra. -----

E estes cidadãos foram mais longe: utilizaram as armas, fizeram disparos, incendiaram contentores do lixo para servir de barreiras e promoveram o caos na rua Gil Eanes durante várias horas, sendo necessária a interferência de um corpo especial de intervenção da PSP. -----

Para restabelecer a ordem pública. E se dúvidas subsistirem foram gravadas imagens pelo menos por dos canais de televisão generalista. -----

Convém referir eu não se conhece a aplicação de nenhuma penalização judicial recriminatória aos autores desta manifestação que teve contornos graves por violar a ordem pública. -----

O documento nº 3, Proposta de Recomendação "Resolução do contrato de fornecimento alimentar à Escola EB1/JI Veiga Ferreira", foi colocado à votação tendo sido rejeitado por maioria com os votos a favor das bancadas do BE e CDU, e votos contra do PS, PSD e CDS/PP. -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Miguel Galante**, **Lúcia Lemos** das bancadas do PS e CDU respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Miguel Galante - Sobre a proposta de recomendação apresentada pelo BE e tendo em consideração as alterações posteriormente introduzidas, gostaria de começar por questionar a "retórica política" a que alude o texto, porque o PS não se revê nessa abordagem. -----

Em Odivelas, para o Executivo Socialista, a Educação não é retórica política. A Educação está no topo da agenda política municipal. O investimento de 3,6 milhões de euros realizado no primeiro ano do atual mandato não é retórica – é sinónimo de ação, é obra! -----

Dou-vos um exemplo, a requalificação do parque escolar realizada pela Câmara Municipal no último ano. Foi um investimento de 500 mil euros em sete escolas e os deputados da Comissão de Educação tiveram oportunidade de ver in situ as obras de requalificação realizadas nas escolas básicas do Casal da Serra e Professora Maria Costa. E isto não é retórica, é obra! -----

Também a oferta dos manuais escolares a 5.150 alunos do 1.º ciclo não é retórica política. Tal como o projeto SEI, que recentemente foi recebido um prémio de mérito da FCT, não é retórica política. São evidências da importância que a Câmara Municipal de Odivelas coloca na Educação. -----

Mas, falemos em concreto da parte deliberativa da proposta de recomendação. Falemos do serviço de refeições escolares. Sobre esta matéria importa recordar que é graças ao empenho da Câmara Municipal que existem hoje refeitórios em todas as 35 escolas básicas do 1.º ciclo do Concelho. Em resultado da aposta do município na Educação, são fornecidas 3 refeições diárias – pequeno-almoço, almoço e lanche – a cerca de 6.000 crianças do 1.º ciclo e dos Jardins de Infância, num total de 225 mil refeições mensais. Um investimento dos cofres do município cifrado em 1 milhão de euros. -----

Gostaria de sublinhar que o PS partilha as preocupações que estão na origem da proposta de recomendação do BE, pois nas visitas que efetuámos na Comissão de Educação tomámos contacto com essa situação. Todavia, nessas mesmas visitas foi-nos comunicado que o serviço de refeições escolares tem vindo a melhorar desde o início do ano letivo, pelo que acreditamos que esse é um resultado da supervisão da Câmara Municipal. -----

Por isso, não nos parece que seja necessário avançar com esta recomendação ao Executivo pois, conforme a Presidente da Câmara Municipal nos comunicou, existe um trabalho de fiscalização sistemático dos refeitórios. Um trabalho em cujos resultados confiamos e que acreditamos que irão contribuir para continuar a melhorar a qualidade do serviço de refeições escolares." -----

Acreditamos, também, que o procedimento concursal que está a ser preparado para o fornecimento deste serviço no próximo ano irá ter por base um caderno de encargos ainda mais exigente. -----

Por isso a bancada do PS votou contra esta proposta de recomendação, porque acreditamos que a fiscalização dos técnicos da CMO será suficiente para produzir a desejada melhoria da qualidade do serviço



Assembleia Municipal de Odivelas

de refeições escolares. Não obstante, como a Presidente da Junta de Freguesia Pontinha/Famões referiu, importa apurar as responsabilidades pelo sucedido na escola EB1/JI Veiga Ferreira.” -----

Lúcia Lemos – “A CDU votou favoravelmente a proposta de recomendação porque considera que a CMO deve fazer mais e melhor na fiscalização da qualidade e quantidade da alimentação fornecida às crianças no Concelho e em concreto na Escola EB1/JI Veiga Ferreira. -----

A CMO deve assegurar que a ementa é cumprida. Quando está indicado o fornecimento de pão de leite, ele não aparece. Quando é indicada fruta da época, apenas é fornecida maçãs em todas as refeições. Acharmos que a alimentação das crianças não se compadece com compassos de espera de oportunidade política.” -----

O documento nº 4, Processo de Privatização da Empresa Geral de Fomento” (doc. nº 4)”, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade.** -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Afonso Simão, pela** bancada do **PS**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve: -----

Afonso Simão – “A bancada do PS não poderia deixar de votar favoravelmente a Moção apresentada. O nosso entendimento relativamente à privatização da EGF será de total discordância na forma como todo o processo, que resultou na tomada de posição do Governo, foi conduzido. Salientamos que os serviços em causa são essenciais ao bem estar da população de Odivelas e onde, os eleitos nesta Assembleia e Executivo Municipal terão, certamente, uma palavra a dizer como seus legítimos representantes. É ainda nosso entendimento, que a não inclusão das autarquias neste processo será, por si só, atentatória aos princípios fundamentais que regem a autonomia local e principalmente, no tocante à subsidiariedade e proximidade que decorrem dessa mesma autonomia.” -----

Documento nº 5, Transportes Públicos no Concelho de Odivelas”, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade.** -----

O documento nº 6 Voto de Pesar “Pelo falecimento de dois agentes da Polícia de Segurança Pública foi colocado à votação tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à **Sra. Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os respetivos esclarecimentos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Sobre as questões da segurança social, a Sra. Presidente informou que acompanha com apreensão essas situações, acrescentando que "nós gostávamos de ter cá a segurança social a gerir os equipamentos, acho que gerem muito bem e com boas práticas" e que, por isso, "temos sempre pena quando há retrocessos e conjunturas que justificam essas saídas, mas estou certa que no âmbito da rede social se encontrará uma solução que garanta a gestão pública destes equipamentos e a sua melhoria em termos, até de instalações e condições físicas". A Sra. Presidente informou também que está a aguardar uma reunião com o Sr. Ministro Mota Soares para resolver "esta situação, clarificarmos a mesma com total transparência e frontalidade, olhos nos olhos, em relação a estes assuntos e as estas questões". -----

No que diz respeito à Escola Veiga Ferreira, a Sra. Presidente esclareceu que a informação que dispõe é a de que a equipa do município é composta por 3 pessoas que se dedicam, acompanhados da nutricionista, a estes espaços escolares e aos 35 refeitórios", e que, à escola Veiga Ferreira, "esta equipa já foi quatro vezes desde o início do ano letivo fazer este tipo de monitorização e está atenta a esta limpeza". Disse ainda esperar que "no novo concurso consigamos encontrar uma solução que vá ao encontro das nossas melhores expectativas", bem como as dos pais e dos alunos, para que tenham uma alimentação de qualidade, "que infelizmente muitos deles não a têm em casa". -----

Relativamente aos relatórios, que são públicos, no que diz respeito à qualidade alimentar, da parte do Instituto Ricardo Jorge, a Sra. Presidente referiu que "até ao momento houve sempre 0% de agentes patológicos na comida", ou seja, nunca houve nenhum tipo de problema. -----

Em relação ao estacionamento, nos Paços do Concelho, a Sra. Presidente disse ser melhor responder por escrito, dando, no entanto, um breve esclarecimento sobre o mesmo, dizendo que começou por ser só de natureza municipal e que depois se foi alargando, havendo a necessidade de colocação de sinalética. -----

Retomada a discussão usou da palavra o seguinte membro da Assembleia Municipal: -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, fez um pedido de esclarecimento ao executivo. -----

Luis Salmonete, pela bancada do PSD, Queremos começar a intervenção com uma citação de George Orwell que é a seguinte - **A liberdade é a liberdade de dizer que dois e dois são quatro. Quando se concorda nisto o resto vem por si.** -----

Relativamente a este tema algumas questões prévias: -----

1º - Não temos de o fazer mas concordamos integralmente com a Auditoria mandada fazer pela Junta de Freguesia de Odivelas de 2009 a 2013 (pensamos que se refere ao mandato de 2009/2013), apesar de acharmos um pouco estranho que a mesma tenha demorado cerca de 16 meses; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

2º - Não pretendemos com esta nossa intervenção desculpar ou branquear atuações passadas seja de quem for, tenham sido militantes nossos ou de outros partidos; -----

3ª – Todos os procedimentos que se demonstre não terem cumprido a Lei são censuráveis e não pactuamos com essas situações. A prova do que afirmamos é o facto de não termos reconduzido um militante nosso que tinha vencido as eleições porque de facto foram detetadas irregularidades. -----

(Quem esteve nesta Assembleia no mandato anterior sabe que foi penoso e deu polémica, afastar da bancada do PSD quem não podia estar na bancada). -----

Esta intervenção resulta de um documento que chegou aos líderes de bancada, e mais recentemente a todos os membros da Assembleia Municipal e que se chama – Auditoria Externa na JFO – **Conclusões abreviadas**, com data de 2 de Fevereiro de 2015. -----

Mantemos o entendimento que a Assembleia Municipal, órgão que acompanha e fiscaliza a atividade da câmara, não se deve imiscuir em assuntos de outro órgão sobre o qual não tem qualquer jurisdição. -----

Mas esta intervenção resulta como já disse de um documento que chegou às nossas mãos e por isso não o podemos ignorar, até porque tem afirmações que urge esclarecer e que passo a desenvolver: -----

1º - No segundo parágrafo diz-se o seguinte – **“A auditoria externa na JFO abrangeu o mandato antecedente registando-se também a análise de situações graves ocorridas anteriormente”**. -----

Folheamos as cinco páginas das Conclusões Abreviadas e, nada. Não encontramos uma palavra sobre as **“graves situações ocorridas anteriormente**. -----

2º - O terceiro parágrafo diz o seguinte – **“A auditoria revelou a existência de fortes indícios de ilícitos graves de autarcas que estiveram à frente dos destinos da JFO no período abrangido”**. -----

Gostávamos de saber quem é que foram os autarcas, até porque a palavra “autarcas é demasiado abrangente e não permite saber exatamente quem são os suspeitos. -----

3º - O quarto parágrafo diz o seguinte **“Em consequência da atuação de tais responsáveis, a JFO encontra-se hoje numa situação financeira que poderemos considerar catastrófica, e que tanto afeta a execução das tarefas atribuídas à autarquia, designadamente na limpeza urbana e zonas verdes”**. -----

Levando à letra aquilo que está escrito já nos diz respeito pelo seguinte: -----

Se existe um acordo de execução com as juntas de freguesia que é aprovado pela câmara e assembleia municipal, e se as verbas que são transferidas são para serem utilizadas com determinados objetivos, queremos saber se este acordo está a ser cumprido e assim deixo desde já uma pergunta ao executivo que á a seguinte: -----

Está neste momento a câmara municipal a monitorizar a execução do acordo, a exemplo do que era feito no mandato anterior? -----

Não acreditamos que o dinheiro esteja a ser utilizado para outros fins, só queremos ter a certeza. -----

4º - **A DÍVIDA À ADSE** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Pode ler-se nas Conclusões: -----

“De setembro de 2005 a março de 2013, não foram entregues à ADSE as contribuições obrigatórias relativas aos funcionários da autarquia. A dívida à ADSE em 15 de outubro de 2013, data de tomada de posse do atual executivo, atingia o valor de € 904.665,68”. -----

Para lá da conclusão que existiram procedimentos ilegais, que vão ser comunicados às entidades competentes para procedimento adequado e nisso penso que estamos completamente de acordo, a dívida à ADSE representa mais de 90% da dívida total da Junta de Freguesia e por isso deve merecer da nossa parte um olhar muito mais atento, sem menosprezar outros comportamentos, que, como já dissemos anteriormente não pretendemos branquear. -----

Ora, o senhor presidente na conferência de imprensa, reconheceu, segundo me disseram, que, no início do mandato de 2009, a dívida à ADSE já era de cerca de 640.000 euros, ou que nos leva a concluir o seguinte:

Vamos partir do princípio que no mandato anterior (2009/2013) não foi pago qualquer valor à ADSE, sendo assim esse valor provavelmente andarà à roda dos 260/270 mil euros e isso correspondente a cerca de 30% da dívida total que é, como se diz de 904 mil euros. -----

Vamos somar dois+dois para chegar ao passo seguinte que é: Se no início de 2009, segundo as suas palavras a dívida acumulada era já de 640 mil euros, deduz-se que a mesma não pode ser só do mandato de 2005/2009. -----

Ninguém num mandato gera uma dívida à ADSE deste montante o que nos leva a concluir que, provavelmente, reportar-se-á igualmente ao mandato de 2001/2005. -----

É lógico pensar desta forma, ou estamos errados? -----

O que nos leva também a concluir que o mandato anterior foi responsável em termos financeiros, por um terço da dívida total, tendo os dois mandatos 2001/2005 e 2005/2009 sido responsáveis por dois terços da dívida, ou seja, mais de 600.000 euros, sem falar de algumas situações que são do conhecimento de todos, as tais situações graves ocorridas anteriormente que não estão aqui mencionadas. -----

É por isso que estamos completamente de acordo com o último parágrafo onde se pode ler: -----

“Existem fortes indícios da prática de ilícitos graves, que estão na base da grave situação financeira da JFO, havendo lugar à responsabilização dos autarcas, pelo que o atual executivo, no cumprimento das suas obrigações legais, deliberou efetuar participação ao Ministério Público bem como implementar recomendações da auditoria para efeitos de melhoria dos serviços”. -----

Para terminar queremos deixar bem claro que a responsabilização tem de ser atribuída a todos, até porque aqui discordamos do pensamento de George Orwell quando afirma – ***Os animais são todos iguais, mais uns são mais iguais que outros.*** -----

Temos ideia de que os animais são efetivamente todos iguais dentro das suas diferenças. -----

É óbvio que é uma metáfora mas pensamos ser bem aplicada neste caso.”. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, questionou o executivo sobre a situação da Vertente Sul. -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, fez considerações sobre os esclarecimentos dados pela Presidente da CMO.-----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, questionou sobre a capacidade financeira da Junta de Odivelas e da realização das Festas da Cidade de 2014 -----

Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas **Nuno Gaudêncio**, pela bancada do **PS**, fez referência à dívida da ADSE se reportar ao período compreendido entre 2005 a 2013. Esclareceu ainda sobre a situação difícil em que se encontram os setores operacionais, com falta de recursos humanos e falta de equipamentos de trabalho, designadamente viaturas, máquinas para limpeza urbana, etc. Mais esclareceu sobre a poupança efetuada desde o início de mandato, salientando a redução de avenças.-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** fez um ponto de ordem à mesa aferir se o relatório sobre a qualidade do ar ser distribuído durante a sessão. -----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, questionou o Presidente de Junta de Odivelas sobre a poupança feita.. -

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD** fez referência à intervenção do Presidente de Junta de Odivelas.-----

Edgar Valles, pela bancada do **PS** -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, referiu os mandatos de 2001 a 2005 e 2005 a 2009 foram do **PS**-----

José Pignatlli, pela bancada do **CDS/PP**, afirmou que foi um dos maiores críticos do mandato anterior. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos, que seguidamente se transcrevem.-----

"Relativamente ao relacionamento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Odivelas, a Sra. Presidente esclareceu dizendo "que da parte da Câmara Municipal e através das diversas Unidades Orgânicas há o acompanhamento do cumprimento do contrato e dos acordos de execução, seja por via das obras, do ambiente e da educação e por via dos licenciamentos. E decorre do artigo 11, desse mesmo acordo, que fossem enviados relatórios semestrais", para a competente monitorização que o município vai fazendo. "Nesses relatórios estão identificados os custos, as despesas, as receitas e portanto temos esses documentos como perfeitamente idóneos e por parte da Junta de Odivelas há um cumprimento escrupuloso que está previsto no artigo 11 do acordo de execução". Acrescentou também que "da nossa parte estamos atualmente com o grupo de trabalho desses mesmos acordos a fazer o acompanhamento e a fazer também a revisão", até porque, precisou a Sra. Presidente, este não é um documento estático, é atualizável, sendo até possível que se verifiquem algumas atualizações, no âmbito desta revisão". A Sra. Presidente fez ainda alusão à situação complicada e complexa, da Junta de Freguesia, que atravessou vários mandatos e que quer a Sra. Presidente quer o Presidente da Junta já pediram reunião com o Sr. Secretário de Estado das



Assembleia Municipal de Odivelas

Autarquias Locais para colocarem esta situação. A Sra. Presidente considerou que é uma situação delicada para a própria Junta de Freguesia, "duma freguesia densamente povoada, com 60.000 habitantes, e que tem além dos 60.000, 20.000 flutuantes" e da avaliação que fez acrescentou que "temos que estar disponíveis para olhar para aquilo que é a gestão da Junta e para aquilo que são as suas apreensões", disponibilidade que se estende à possibilidade para fazer as revisões que sejam necessárias, com total transparência com a Junta de Freguesia de Odivelas. -----

Em relação às questões, sobre a Vertente Sul, a imigração e potenciais discriminações, bem como do Voltas, a Sra. Presidente considerou que "temos que olhar para a Vertente Sul como um todo, e foi um território que teve um projeto de regeneração urbana singular e que ficou em primeiro lugar no âmbito das candidaturas da CCDDR e, portanto, se houve município que se preocupou sempre com os seu imigrantes foi o município de Odivelas, fizemos um Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS, temos um polo clínico, fizemos um conjunto de intervenções e respostas sociais, temos o gabinete de saúde e igualdade que todos os dias trabalha afincadamente nas áreas de inclusão e de integração dos imigrantes, e temos o Voltas II, Póvoa - Olival Basto a ser preparado, porque temos a certeza absoluta que é uma necessidade premente a esses níveis". Em relação ao Voltas, Vertente Sul, a Sra. Presidente acrescentou que não foi uma questão economicista, foi uma questão de não adesão das pessoas, e que, "aliás, nem sequer é competência nossa ter esse tipo de respostas de mobilidade, portanto, fomos para além das nossas competências nesta matéria". A Sra. Presidente deixou ainda claro que "da nossa parte não há aqui nenhuma desatenção nem nenhuma discriminação em relação a esta população, que é uma população muito acarinhada desde sempre pelo Município de Odivelas, em abundantes projetos e intervenções e ações no terreno" e que, por isso, qualquer observação contrária a estas suas palavras é injusta "e a realidade dos factos demonstra-também". Relativamente ao CLAI, a Sra. Presidente esclareceu também que "o nosso CLAI é o CLAI mais frequentado do país, que temos um conjunto de funcionários só destinado para essas questões, uma equipa muito motivada onde o grau de satisfação neste serviço da Câmara Municipal é muito reconhecido pelos seus utentes, pelos imigrantes e sobretudo reconhecido pela AMA, entidade que trabalha connosco na Loja do Cidadão", e considerou mais uma vez que "dizer que a Câmara de Odivelas não olha com atenção para as questões dos imigrantes ou que cria aqui algum tipo de discriminação é a meu ver injusto, mas eu já ouvi tantas coisas nesta Assembleia Municipal que foram injustas, mas que, obviamente, é um órgão democrático e plural e todos têm legitimidade para olhar para o copo meio cheio ou meio vazio e fazer as críticas que entendem sobre a nossa gestão". E concluiu dizendo "como compreendem eu não sou uma pessoa acrítica, sou titular de um cargo político e terei sempre que responder também de um ponto de vista político e institucional, e dizer também, com a minha liberdade de expressão, que não me revejo nessas críticas, nalgumas revejo-me, porque obviamente o poder local e o nosso trabalho é um trabalho sempre inacabado e imperfeito, naturalmente, mas que nos reconheçam o esforço que fazemos. E nesta matéria da imigração



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

somos altamente reconhecidos até pelo Alto-Comissário para a imigração, e por quem trabalha connosco nestas matérias". -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Paulo Sousa, pela bancada do BE, -----

Presidente da União de Freguesias Ramadas e Caneças, **Ilídio Ferreira** pela bancada da CDU apresentou o seu repúdio sobre o facto de se estarem a discutir matérias que dizem respeito apenas às Juntas de Freguesia e respetiva Assembleia de Freguesia.-----

Foi feito um minuto de silêncio pela morte dos dois Agentes da PSP-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO --

Presente para apreciação a "INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO", remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião.-----

Dado o adiantado da hora pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à consideração do plenário passar-se à abertura e fecho do ponto 1, à discussão e deliberação do ponto 3, seguindo-se o período de intervenção do público, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi igualmente colocada à consideração do Plenário a retirada do Ponto 2 da presente Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PONTO 3 – Aprovação das Atas da Assembleia Municipal números: 24/2014 da 20ª Sessão Extraordinária de 20 de novembro, 25/2014 da 5ª Sessão Ordinária de 27 de novembro e 26/2014 da 21ª Sessão Extraordinária de 9 de dezembro -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação, em bloco, as atas supra referenciadas tendo sido **aprovadas por maioria** com os votos a favor das bancadas do PS, CDU, PSD, BE e CDS/PP e a abstenção do deputado José Falcão do BE. -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registou **uma** inscrição. -----

Foi chamado para intervir o Sr. **José Moreira**, que falou sobre a Associação Desportiva de Odivelas, FC 2012 -----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 19h10m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pela 2ª Secretária e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pela 2.º Secretária e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2ª Secretária: -----